



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 00156/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00216 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Questionamento acerca do seguro contratado para o Programa Bolsa Trabalho. Pedido não é objeto da LAI. Não conhecimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00156/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo uma demanda objeto da Lei de Acesso à Informação – LAI, o órgão respondeu que o seguro contratado para o Bolsa Trabalho não se aplica ao caso da solicitante e forneceu a resposta da seguradora acerca da cobertura contratada: *"a cobertura contratada foi a de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e como o próprio nome diz a invalidez deve ser permanente."* Insatisfeita, a cidadã apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso em apreço, observa-se que não foi realizado um pedido com base na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Nesse sentido, cabe esclarecer que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, conforme disposto no artigo 7º da referida LAI.
4. Cabe salientar que a Controladoria Geral do Estado, acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União, no sentido de que *"a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato"*. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).
5. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175/2015, com alterações posteriores.
6. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 05 de maio de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público